



Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Processo Administrativo nº: 9361/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviço Gráfico (mini banner sinalizador), para o 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, no dia 25 de maio de 2024, na Praça Menotti D'aurea. Conforme Calendário Municipal de Eventos, Decreto nº 6.200 de 12 de abril de 2022 e alterações; nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, nos termos da lei 14.133/2021 e leis complementares.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	Mini Banner sinalizador - Em Lona Front light brilho, Cores, Impressão Digital, com bastão. Medidas: 40x50cm – 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.	22497	SERVIÇO	20	R\$	R\$

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 6.719, de 21 de dezembro de 2022.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Contratação de Mini Banner Sinalizador para todas as tendas de comercialização de alimentos e bebidas, para o 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, propõe uma melhor organização do festival, informando o público presente sobre cada empresa e valorizando a gastronomia local comercializada no evento. O Festival Gastronômico é tradicional no Município, o referido evento já se encontra em sua terceira edição, enaltecendo a gastronomia local e promovendo cultura, além de constar no Calendário Municipal de Eventos, Decreto nº 6.200 de 12 de abril de 2022.

2.3. Estas, pois, são as razões e os fundamentos que justificam a adoção da Contratação Direta na modalidade Dispensa de Licitação para a presente aquisição, em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Contratação de Mini Banner Sinalizador para todas as tendas de comercialização de alimentos e bebidas, para o 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, no dia 25 de maio de 2024, das 16:30 até às 23:00 horas, na Praça Menotti D'aurea, conforme Calendário Municipal de Eventos, Decreto nº 6.200 de 12 de abril de 2022 e alterações.

3.3. A demanda atende à necessidade de sinalizar as tendas onde será comercializada a gastronomia local. Deve-se salientar que o serviço, dentro dessas especificações, não possui processo licitatório em vigência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.1. Prestar o serviço no prazo determinado e na quantidade solicitada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante;
- 4.2. A contratada deverá prestar o serviço em perfeitas condições;
- 4.3. Atender prontamente às solicitações da fiscalização, referente à prestação de informações ou outras demandas administrativas quando solicitadas;
- 4.4. Ser responsável pelo fornecimento do objeto, assumindo inteira responsabilidade pela execução e sua entrega;
- 4.5. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela contratante;
- 4.6. Responder pelas despesas relativas a material, taxas, tributos, encargos fiscais, comerciais, transportes, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita aquisição dos bens objeto deste Termo de Referência;
- 4.7. Tomar todas as providências necessárias, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto contratado, disponibilizando todos os materiais/utensílios necessários;
- 4.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 4.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

Especificações Técnicas:

- 4.10. **Mini Banner Sinalizador** para todas as tendas de comercialização de alimentos e bebidas.
- 4.11. A especificação completa está detalhada na tabela acima, nesse Termo de Referência.

Sustentabilidade

- 4.12. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.12.1. De acordo com os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá empregar meios para garantir os direitos dos trabalhadores, como por exemplo, medidas de proteção à saúde e segurança no ambiente de trabalho, além de produtos atóxicos.

Subcontratação

- 4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Das vedações

- 4.14. De Pessoas físicas e jurídicas que estejam em situação irregular perante os órgãos competentes;
- 4.15. Aqueles que tiverem sido declarados suspensos ou impedidos de contratar com a Administração ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega do objeto é de até 5 dias corridos, após a emissão da Ordem de Compra pela Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, em remessa única.
- 5.2. A prestação de serviço será DE FORMA ÚNICA, de acordo com as necessidades dos eventos constantes no Calendário Municipal de Eventos.
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de imediato, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5. A contratada deverá executar o serviço dentro das especificações e de acordo com a orientação da contratante, ofertando o objeto dentro de padrões de qualidade aceitáveis.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.7. As despesas vinculadas com a entrega do serviço são de responsabilidade da Contratada.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Obrigações da Contratada

- 5.8. Fornecer o serviço de acordo com as especificações, prazos e condições estipuladas neste Termo de Referência;
- 5.9. Atender prontamente às solicitações da fiscalização da administração, referente à prestação de informações ou outras demandas administrativas quando solicitadas.
- 5.10. Ser responsável pela prestação do serviço, em tempo hábil, assumindo inteira responsabilidade pela entrega;
- 5.11. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela contratante;
- 5.12. Responder pelas despesas relativas a material, taxas, tributos, encargos fiscais, comerciais, transportes, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência;
- 5.13. Tomar todas as providências necessárias, assumindo inteira responsabilidade pelo objeto contratado, disponibilizando o serviço de acordo com as especificações;
- 5.14. Executar o objeto contratual na data prevista e conforme solicitado através das ordens de compra.
- 5.15. Substituir imediatamente ou reparar vícios e danos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto contratual deste Termo de Referência, contados a partir da data da notificação por parte da administração municipal, o objeto entregue fora das especificações deste Termo de Referência.
- 5.16. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 5.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

Obrigações da contratante

- 5.18. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pela prestação do serviço de acordo com as disposições do presente documento;
- 5.19. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da lei n. 14.133/2021;
- 5.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e artigo 9º do Decreto Municipal n. 7.361/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

7 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1. Compete ao fiscal o acompanhamento da execução do objeto contratual, tendo por parâmetro os resultados previstos, visando à qualidade da prestação, em especial, nos termos do artigo 8º do Decreto n. 7361/2023:

- I - acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- II - acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- III - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- IV - aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- V - apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem ou de efetiva prestação do serviço;
- VI - comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- VII - examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto da prestação do serviço ou recebimento dos bens;
- VIII - fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- IX - informar ao gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- X - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- XI - receber provisoriamente, aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade.
- XII - solicitar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8. DO GESTOR DO CONTRATO

8.1. Compete ao gestor o acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, em especial (artigo 7º do Decreto Municipal n. 7.361/2023):

- I - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;
- II - conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;
- III - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- IV - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- V - orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- VI - promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- VII - promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 9º deste decreto, após a assinatura do contrato;
- VIII - providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- IX - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- X - receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV deste decreto;
- XI - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização e subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato;
- XII - verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

XIII - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso;

XIV - constituir o relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da administração pública municipal.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto será realizada responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento

9.3. Nos termos do artigo 11 do Decreto Municipal n. 7.361/2023, o recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma:

I - na hipótese de obras ou prestação de serviços:

- a. provisoriamente, pelo fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato;
- b. definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II. na hipótese de fornecimento de bens:

- a. provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b. definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no contrato.

9.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e o especificado no Termo de Referência.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.7. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

- a. aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
- b. serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme cronograma de pagamentos elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal, Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.9.1. o prazo de validade;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.9.2. a data da emissão;
 - 9.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 9.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 9.9.5. o valor a pagar; e
 - 9.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 9.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 9.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme cronograma de pagamentos elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Forma de pagamento

- 9.18. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.19. Será considerada data do pagamento o dia em que for realizada a transferência bancária para conta de titularidade do contratado.
- 9.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.22. Serão observadas as normas relativas a retenção do imposto de renda dispostas no Decreto Municipal n.6.909/2023.
- 9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com o art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, através do sistema COMPRAS NET, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2. A execução do serviço do objeto contratual será de FORMA ÚNICA.

10.3. O prazo de execução dos serviços é de 5 dias após a emissão da Ordem de Compra, pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

10.4. A execução do serviço será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente nos aspectos de qualidade, prazo de validade do produto, estado de conservação dos equipamentos e estrutura, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do serviço ofertado.

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de imediato, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.9. A contratada se responsabilizará com os custos decorrentes da execução do objeto.

Exigências de habilitação

10.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.11. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.12. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.13. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.15. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.16. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.17. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.18. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico Financeiro

10.28. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou dispensa (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.29. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.30. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de processo realizado presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.31. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) conforme custos unitários gerados pelos orçamentos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 02/011

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 0043

IV) Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39

V) Plano Interno: Referência da dotação: 738

VI) Subelemento: 48

VII) Ação: 2144

Campo Belo, 05 de abril de 2024.

Equipe de Planejamento:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS



08/04/2024 17:11:04
068.044.666-40
ALINE TEIXEIRA DE CASTRO

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Aline Teixeira de Castro - Matrícula: 89816

Divisão de Compras



09/04/2024 16:02:52
105.170.236-44
MARCELLO DIOGO CUNHA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Marcello Diogo Cunha - Matrícula: 90870

Membro Suplente da Divisão de Compras

Daniela Rodarte Barbosa de Paula – Matrícula: 23638

Responsável pela Fiscalização Técnica

André Rodrigues Costa – Matrícula: 35575

Responsável pela Fiscalização Administrativa

Assinatura do(a) Secretário(a):



09/04/2024 13:14:23
012.276.876-05
ADRIANA RIBEIRO FIORINI

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Adriana Ribeiro Fiorini - Matrícula: 23763

Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo



08/04/2024 17:30:39
014.547.836-05
ANDRE RODRIGUES COSTA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Assinado por DANIELA
RODARTE BARBOSA DE
PAULA 667.537.676-49 em
08/04/2024 17:36:10

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/04/2024 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66144f65f1c34>.
POR ALINE TEIXEIRA DE CASTRO - (068.044.666-40) EM 08/04/2024 17:11





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

2. Informações Básicas:

Processo Digital nº: 9361/2024

Equipe de Planejamento:

Membro(s) da equipe de Planejamento:

Nome: Aline Teixeira de Castro

Matrícula: 89816

Membro Suplente da Equipe de Planejamento:

Nome: Marcello Diogo Cunha

Matrícula: 90870

Responsável pela Fiscalização Administrativa:

Nome: André Arantes Melo Nascimento

Matrícula: 90670

Responsável pela Fiscalização Técnica:

Nome: Thaís Rodrigues Tavares

Matrícula: 46319

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP - tem por objetivo contratação de empresa especializada em serviço gráfico para aquisição de Mini banner sinalizador em lona front light brilho, cores, impressão digital, com bastão. Medidas: 40x50cm - 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.

3. Descrição da necessidade:

O presente estudo técnico tem como objeto avaliar as possibilidades de contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráfico para aquisição de 20 Mini banner sinalizador em lona front light brilho, cores, impressão digital, com bastão. Medidas: 40x50cm - 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.

Alguns locais possuem identificação própria e outros utilizam vários tipos de sinalização num mesmo ambiente, muitas vezes de forma assistemática e com placas improvisadas, daí decorre a necessidade de se modernizar a identificação com um conjunto de elementos gráficos e construtivos que proporcione correta orientação aos usuários e visitantes, no espaço.

Faz-se necessário a aquisição de mini banners de identificação das tentas para comercialização de alimentos e bebidas, durante a realização do 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, os mesmos propõem uma melhor organização do festival, informando ao público presente sobre cada tipo de empresa e valorizando a gastronomia local comercializada no evento.

O Festival Gastronômico é tradicional no Município, o referido evento já se encontra em sua terceira edição, enaltecendo a gastronomia local e promovendo cultura, além de constar no Calendário Municipal de Eventos, Decreto nº 6.200 de 12 de abril de 2022.

Diante do exposto, surge a necessidade de contratação de empresa especializada para atender a demanda com qualidade e eficiência indispensáveis à correta implantação do sistema de sinalização/identificação.

4. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Não há Plano Anual de Contratações para o exercício de 2024, até o momento.

5. Requisitos da Contratação

Prestar o serviço no prazo determinado e na quantidade solicitada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante;

A contratada deverá prestar e entregar o serviço em perfeitas condições;

Atender prontamente às solicitações da fiscalização, referente à prestação de informações ou outras demandas administrativas quando solicitadas;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ser responsável pelo fornecimento do objeto, assumindo inteira responsabilidade pela execução e sua entrega;

Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela a contratante;

Responder pelas despesas relativas a material, taxas, tributos, encargos fiscais, comerciais, transportes, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita aquisição dos bens objeto deste Termo de Referência;

Tomar todas as providências necessárias, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto contratado, disponibilizando todos os materiais/utensílios necessários;

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

Conforme exposto as empresas concorrentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, entre outros itens exigidos e nas condições expressas no Termo de Referência, deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Referente à sustentabilidade ambiental: A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

Referente a equipamentos energéticos, a contratada deverá observar a economicidade de consumo energético e a correspondente eficiência.

6. Estimativas das quantidades





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Mini Banner sinalizador - Em Lona Front light brilho, Cores, Impressão Digital, com bastão. Medidas: 40x50cm – 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.	Unidade	20

A quantidade foi levantada através da necessidade de identificação das Tendas que serão utilizadas durante o evento.

7. Levantamento de Mercado

Foram realizados pesquisas e levantamento junto ao mercado local, que apresentou empresas com condições técnicas e interesse em prestar o serviço. De posse dessa análise, ficou evidente a possibilidade da aquisição do pretendido.

O custo para esta contratação foi estimado em R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), de acordo com o valor mínimo das cotações anexa ao processo.

De posse desse estudo, foi possível adequar o tipo de solução escolhida à realidade da Administração, onde a empresa apresentou melhor custo benefício não trazendo prejuízo e danos ao patrimônio público.

8. Estimativa do valor

A Instrução Normativa nº 58/2022 SEGES/ME, no art. 9º, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devam conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais. Para a presente estimativa de preços foram ainda obedecidos os parâmetros constantes na Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES/ME, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Foi utilizada a pesquisa direta com fornecedores (art. 5º, inciso IV da IN SEGES/ME nº 65/2021). Ressalta-se que as consultas foram feitas através da pesquisa de preços em fornecedores locais com a coleta sendo realizada pessoalmente, com as referidas cotações em anexo ao processo. A coleta visa atingir um preço coerente e dentro da realidade do praticado no mercado. Em face de todas as considerações postas acima, decidiu-se por utilizar três propostas de preços para o referido serviço.

Dessa forma, em consonância com o disposto no art. 6º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, optou-se por utilizar, para calcular o preço unitário de referência, o menor dos valores obtido na pesquisa de preços.

Assim, após avaliação dos preços coletados, utilização de parâmetro apropriado e realizada a análise crítica, em atendimento à legislação, o valor unitário estimado está disposto na tabela abaixo:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Mini Banner sinalizador - Em Lona Front light brilho, Cores, Impressão Digital, com bastão. Medidas: 40x50cm – 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.	R\$ 17,50	20	R\$ 350,00

9. Descrição da solução:

Diante do exposto a solução encontrada foi a aquisição de 20 mini banner sinalizador confeccionado em Lona Front light brilho, Cores, Impressão Digital, com bastão. Medidas: 40x50cm – 440g. Tinta eco solvente, **personalizado**, em um todo por se tratar de item indispensável para o evento.

Solução 1: Produção Própria:

Não há viabilidade na produção própria pois no quadro de pessoal não há profissionais com a capacitação para execução dos trabalhos, nem existem equipamentos que atendam à demanda (maquinário de impressão e corte, material adequado para impressão, mão de obra qualificada e espaço





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

externo de veiculação de peças publicitárias).

Solução 2: Aquisição por empresa especializada:

Contratação de empresa especializada para execução do serviço, diante da ausência de requisitos internos para elaboração dos trabalhos e da ampla disponibilidade de empresas aptas a executar os serviços sendo contratação de serviço gráfico para confecção de 20 mini folders. Esta se configura como a opção recomendada.

Portanto, o pagamento será realizado pela aquisição efetivamente prestada, o que corresponderá ao valor total após a realização de toda a entrega do item acima mencionado, não havendo, portanto, qualquer prejuízo para a Administração na adoção dessa metodologia.

10. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

A aquisição será realizada em uma única parcela, pois não se justifica o parcelamento por ser um único item.

11. Resultados pretendidos:

Divulgar com amplitude quais produtos cada tenda traz enaltecendo o assim a Feira Gastronômica.

Fomentar a identificação, seguindo as orientações determinadas pelos organizadores do evento.

Os mini banners, além de registrar as conquistas dos participantes, projeta para o futuro fatos significantes e especiais, elevando o evento e o nome da Feira Gastronômica a outros municípios e localidades, divulgando a nossa cultura.

12. Providências da Administração

Pelas características da contratação, não necessita fazer nenhuma adequação, pois o item adquirido não demanda adequação.

13. Contratações correlatas

Não existe contratação correlata ou interdependente para os serviços, objeto deste estudo.

14. Impactos ambientais

Para promover uma contratação pública sustentável, em respeito ao consumo e ao incentivo à implementação de políticas de responsabilidade socioambiental, a presente contribuirá na realização de uma prestação de serviços que busque instruir e exigir da contratada o atendimento às exigências sopesadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS (DECOR/CGU/AGU) 4ª edição, revista, atualizada, ampliada, Agosto de 2021 (fonte: <https://www.gov.br/agu/ptbr/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>, acesso em 01/08/2023).

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

- * Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- * Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- * Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

15. Parecer Conclusivo

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar realizado por





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

() NÃO É VIÁVEL, esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Campo Belo/MG, 05 de abril de 2024.

Equipe de Planejamento



08/04/2024 17:08:31
068.044.666-40
ALINE TEIXEIRA DE CASTRO

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Aline Teixeira de Castro - Matrícula: 89816

Divisão de Compras



09/04/2024 16:02:01
105.170.236-44
MARCELLO DIOGO CUNHA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Marcello Diogo Cunha - Matrícula: 90870

Membro Suplente da Equipe de Planejamento

Daniela Rodarte Barbosa de Paula - Matrícula: 23638

Responsável pela Fiscalização Técnica

André Rodrigues Costa - Matrícula: 35575

Responsável pela Fiscalização Administrativa

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Assinatura do(a) Secretário(a)



09/04/2024 13:13:45
012.276.876-05
ADRIANA RIBEIRO FIORINI

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Adriana Ribeiro Fiorini - Matrícula: 23763

Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo



08/04/2024 17:30:22
014.547.836-05
ANDRE RODRIGUES COSTA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Assinado por DANIELA
RODARTE BARBOSA DE
PAULA 667.537.676-49 em
08/04/2024 17:35:51

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/04/2024 17:08 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66144ed108f15>.
POR ALINE TEIXEIRA DE CASTRO - (068.044.666-40) EM 08/04/2024 17:08





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Responsável pela demanda: Aline Teixeira de Castro

Matrícula: 89816

E-mail: compras@campobelo.mg.gov.br

Telefone: (35) 3831-3815

1. Identificação da demanda:

Devido a necessidade de identificação das tendas de comercialização de alimentos e bebidas, para o 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, propõe uma melhor organização do festival, informando o público presente sobre cada empresa e valorizando a gastronomia local comercializada no evento, faz-se necessário a aquisição de 20(vinte) mini banner de identificação.

2. Justificativa da necessidade da contratação

A referida aquisição se justifica pela necessidade da aquisição de 20 mini banners de identificação das tendas para comercialização de alimentos e bebidas, para realização do 3º Festival Gastronômico e Cultural de Campo Belo/MG, propõe uma melhor organização do festival, informando o público presente sobre cada empresa e valorizando a gastronomia local comercializada no evento. O Festival Gastronômico é tradicional no Município, o referido evento já se encontra em sua terceira edição, enaltecendo a gastronomia local e promovendo cultura, além de constar no Calendário Municipal de Eventos, Decreto nº 6.200 de 12 de abril de 2022.

3. Quantidade a ser contratada

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Mini banner sinalizador em lona front light brilho, cores, impressão digital, com bastão. Medidas: 40x50cm - 440g. Tinta eco solvente. Personalizado.	Unidade	20

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou aquisição:

Possivelmente no mês de abril 2024.

5. Designação da Equipe de Planejamento

Membro(s) da equipe de planejamento:

Nome: Aline Teixeira de Castro

Matrícula: 89.816

Membro Suplente da Equipe de Planejamento

Nome: Marcello Diogo Cunha

Matrícula: 90870

Responsável pela Fiscalização Administrativa

Nome: André Rodrigues Costa

Matrícula: 35575

Responsável pela Fiscalização Técnica

Nome: Daniela Rodarte Barbosa de Paula

Matrícula: 23638

Campo Belo/MG, 05 de abril de 2024.
Responsável pela Formalização da Demanda

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/04/2024 13:52 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p661420c077002>.
POR ALINE TEIXEIRA DE CASTRO - (068.044.866-40) EM 08/04/2024 13:52





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS



08/04/2024 13:51:58
068.044.666-40
ALINE TEIXEIRA DE CASTRO

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Aline Teixeira de Castro - Matrícula: 89816

Divisão de Compras

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Assinatura do(a) Secretário(a)



08/04/2024 13:58:16
012.276.876-05
ADRIANA RIBEIRO FIORINI

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Adriana Ribeiro Fiorini - Matrícula: 23763

Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/04/2024 13:52 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p661420c077002>.
POR ALINE TEIXEIRA DE CASTRO - (068.044.666-40) EM 08/04/2024 13:52

